
REVISTA DA PLATAFORMA
PORTUGUESA DAS ONGD

Edição nº 21 . outubro 2020

PERSPETIVAS PARA O FUTURO DA COOPERAÇÃO PORTUGUESA

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Perspetivas para o futuro da Cooperação Portuguesa

EDIÇÃO E PROPRIEDADE

Plataforma Portuguesa das ONGD

CONSELHO EDITORIAL

Carlota Bicho, João Pereira, Paulo Costa,
Rita Leote e Tomás Nogueira

COLABORADORES NESTA EDIÇÃO

Susana Réfega, Teresa Ribeiro, Raquel Freitas,
Ana Isabel Castanheira, Mónica Santos Silva,
Ana Patrícia Fonseca, Blanca Jiménez Días,
Isabelle Brachet, Ana Filipa Oliveira, Daniel do
Carmo, Dirce Varela, Eduardo Elba, Simão Tila

DESIGN GRÁFICO

Ana Grave

CAPA

Ana Grave

ISSN

2182-8199

DATA

outubro 2020

CONTACTOS

Plataforma Portuguesa das ONGD

Rua Aprígio Mafra, nº17, 3º Dto

1700-051 Lisboa, Portugal

Tlf +351 218872239

info@plataformaongd.pt

www.plataformaongd.pt

www.facebook.com/PlataformaONGD

A Plataforma Portuguesa das

Organizações Não-Governamentais para
o Desenvolvimento é uma associação

privada sem fins lucrativos que representa um grupo ONGD registadas no Ministério dos Negócios Estrangeiros. A Plataforma das ONGD tem por missão contribuir para melhorar e potenciar o trabalho das suas Associadas, a nível institucional, político, legislativo, financeiro e social, promovendo uma cultura de partilha, de parceria, de responsabilidade e de excelência na organização e nas práticas das ONGD Portuguesas que trabalham para um mundo mais justo e equitativo nas áreas da Cooperação para o Desenvolvimento, da Ação Humanitária e de Emergência e da Educação para o Desenvolvimento e a Cidadania Global.

ÍNDICE

04

EDITORIAL

CONSELHO EDITORIAL

06

A NOVA ESTRATÉGIA DA COOPERAÇÃO PORTUGUESA E O CONTRIBUTO DE PORTUGAL PARA UM MUNDO MAIS JUSTO E SUSTENTÁVEL

SUSANA RÉFEGA

10

A NOVA ESTRATÉGIA DA COOPERAÇÃO PORTUGUESA

TERESA RIBEIRO

14

DESAFIOS DA AÇÃO HUMANITÁRIA E DE EMERGÊNCIA EM PORTUGAL

RAQUEL FREITAS

18

A EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO E A CIDADANIA GLOBAL COMO EIXO DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO

ANA ISABEL CASTANHEIRA
E MÓNICA SANTOS SILVA

22

ONDE ESTAMOS?
PARA ONDE QUEREMOS IR?
COMO LÁ CHEGAR?
COMO A COOPERAÇÃO PORTUGUESA SE PODE COLOCAR NA VANGUARDA DA JUSTIÇA CLIMÁTICA

ANA PATRÍCIA FONSECA

26

RUMO AO CUIDADO DA VIDA: SOBRE GÉNERO, ONGD, PARCERIAS E TRANSFORMAÇÕES

BLANCA JIMÉNEZ DÍAZ

30

ENVOLVIMENTO DO SETOR PRIVADO NA COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO: DESAFIOS E OPORTUNIDADES

ISABELLE BRACHET

34

CASA DOS DIREITOS NA GUINÉ-BISSAU: UM PORTO DE ABRIGO PARA E DA SOCIEDADE CIVIL

ANA FILIPA OLIVEIRA

38

À CONVERSA COM DANIEL DO CARMO, DIRCE VARELA, EDUARDO ELBA E SIMÃO TILA

CARLOTA BICHO
E RITA LEOTE

43

RECURSOS

EDITORIAL

CONSELHO EDITORIAL

No ano que marca o final do período de vigência do Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa (2014-2020), a Plataforma Portuguesa das ONGD publica a XXI edição da sua revista. Com o objetivo de contribuir para a reflexão sobre alguns dos aspetos mais relevantes na construção da nova Estratégia da Cooperação Portuguesa, esta edição dedica-se a explorar “Perspetivas para o Futuro da Cooperação Portuguesa”.

Assim, e no sentido de apresentar também um contributo inicial para esta reflexão, abrimos esta edição com um artigo da Presidente da Direção da Plataforma, que aborda algumas das questões essenciais na definição de uma nova Estratégia da Cooperação Portuguesa. Ao longo do artigo, Susana Réfega relembra a necessidade de trabalhar no sentido de atingir os compromissos internacionais, nomeadamente em matéria de Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) e no âmbito da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, e alerta ainda para importância de garantir a coerência das políticas e a participação da Sociedade Civil.

O artigo da Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Teresa Ribeiro, aborda alguns dos eixos em torno dos quais se construirá a nova Estratégia da Cooperação Portuguesa para o período de 2021-2030. O artigo aborda também algumas questões relativas ao processo de elaboração deste documento, que será coordenado pelo Camões, I.P., assumindo a intenção de promover a participação de “todos os atores que desempenham um papel relevante na área da Cooperação para o Desenvolvimento, na Educação para o Desenvolvimento ou na Ajuda Humanitária e de Emergência”.

Para uma reflexão sobre os desafios da Ação Humanitária e de Emergência (AHE), contamos com o contributo de Raquel Freitas, Investigadora e Professora Auxiliar Convidada, ISCTE-IUL.

A autora começa por explorar a dimensão conceptual da AHE, abordando também o caso concreto das ações conduzidas por Portugal. Entre outras questões, Raquel Freitas reflete sobre os princípios que devem reger qualquer intervenção de AHE, assim como algumas novas tendências – nomeadamente no que concerne a uma maior interseção entre a AHE e Cooperação para o Desenvolvimento.

Ana Isabel Castanheira e Mónica Santos Silva, da Unidade de Cidadania Global do IMVF, partilham a sua perspetiva sobre a importância do papel da Educação para o Desenvolvimento e Cidadania Global (EDCG) na Cooperação Portuguesa. As autoras fazem um balanço dos últimos anos no que concerne ao reconhecimento do contributo da EDCG, deixam o apelo de que é necessário reforçar o espaço político dedicado à mesma e garantir as condições necessárias para assegurar o seu papel inovador.

Ana Patrícia Fonseca, Coordenadora do Departamento de Educação para o Desenvolvimento e Advocacia Social na Fundação Fé e Cooperação, identifica a elaboração de uma nova Estratégia da Cooperação Portuguesa como “uma oportunidade de Portugal afirmar que estamos perante um problema de justiça climática, para o qual tem uma visão clara de como o enfrentar”, deixando propostas no sentido de integrar a luta pela justiça climática junto dos países parceiros.

Blanca Jiménez Díaz, Especialista em Educação para a Transformação Social e Perspetiva de Género, reflete sobre a necessidade da integração da perspetiva de género - que mais do que uma questão de mulheres, está relacionada com todas as pessoas e com a forma como nos relacionamos - nas políticas e nas organizações, num processo de mudança rumo a um sistema justo, que deve ser acompanhado por política públicas “construídas a partir do cuidado e da

sustentabilidade da vida, da perspetiva de género e da defesa dos direitos humanos”.

Para analisar o papel do setor privado na Cooperação para o Desenvolvimento, contamos com o contributo de Isabelle Brachet, conselheira principal da ActionAid International para a representação na UE. A autora defende que, numa altura em que se assiste a um aumento dos montantes de financiamento para o desenvolvimento canalizados para empresas, é fulcral reforçar a regulamentação, aplicar critérios rigorosos, e apoiar modelos de negócio inclusivos.

Ana Filipa Oliveira, Membro do Conselho Diretivo da ACEP, dá-nos a conhecer o percurso da Casa dos Direitos - uma parceria entre ONG portuguesas e guineenses na defesa dos Direitos Humanos e na monitoria de políticas. O artigo procura contribuir para o debate sobre a importância do papel da sociedade civil na monitorização da ação do Estado, demonstrando assim a necessidade de a Cooperação Portuguesa apoiar iniciativas de promoção de direitos humanos e de um ambiente favorável à sociedade civil.

Para a secção de entrevista desta edição, conversámos com Daniel do Carmo, Dirce Varela, Eduardo Elba e Simão Tila, representantes das Plataformas de ONG de alguns dos principais países parceiros da Cooperação Portuguesa, sobre o contributo de Portugal para o desenvolvimento sustentável, as prioridades para os próximos anos e o envolvimento da Sociedade Civil nos seus países.

Esperamos que esta edição da Revista da Plataforma Portuguesa das ONGD, a primeira com uma imagem e estrutura renovadas, concorra para um debate construtivo, rumo a uma Cooperação Portuguesa capaz de contribuir para um mundo mais justo e sustentável.

A NOVA ESTRATÉGIA DA COOPERAÇÃO PORTUGUESA E O CONTRIBUTO DE PORTUGAL PARA UM MUNDO MAIS JUSTO E SUSTENTÁVEL

SUSANA RÉFEGA

—
Presidente da Direção da Plataforma Portuguesa das ONGD

A definição de uma nova Estratégia da Cooperação Portuguesa acontece num contexto internacional particularmente desafiante. Se 2020 já se projetava como um ano fundamental para o futuro da cooperação portuguesa, a rápida propagação de uma pandemia de proporções globais e com efeitos verdadeiramente desestabilizadores obrigou à integração de novos fatores que fazem deste um processo de importância redobrada.

O ano de 2020 começou com a certeza de que, chegado o seu final, chegaria também ao fim o período de vigência do Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa (2014-2020). Dificilmente se imaginaria, no entanto, que a definição do documento que lhe sucederia ocorreria no momento em que a humanidade se encontra a combater a maior pandemia no

período de várias gerações. Certo é que, depois dos acontecimentos que têm vindo a marcar a nossa vida coletiva – e caso não fosse ainda evidente –, a interdependência global que distingue este de outros momentos históricos obriga a encontrar respostas para problemas que dependem, inexoravelmente, da capacidade de trabalharmos em conjunto na procura de soluções integradas e baseadas numa lógica de solidariedade global.

Enquanto política direcionada a um conjunto de países marcados por elevados níveis de pobreza e vulnerabilidade económica e com



_ PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD

quem Portugal partilha relações históricas, a cooperação portuguesa é um dos eixos fundamentais da política externa nacional. Como expressão máxima da solidariedade de Portugal com as regiões menos desenvolvidas, a cooperação portuguesa é o mecanismo por excelência para potenciar o contributo do país na construção de um mundo mais justo e sustentável. O período em que nos encontramos é, por isso, determinante para que se associem às três áreas de intervenção da cooperação portuguesa – Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento e Cidadania Global e Ação Humanitária e de Emergência – um conjunto de objetivos ambiciosos, ajustados à realidade atual e capazes de contribuir para a concretização daqueles que têm sido – e devem continuar a ser – os seus desígnios máximos: a

— HÁ AINDA UM LONGO CAMINHO A PERCORRER PARA GARANTIR PARTICIPAÇÃO EFETIVA DA SOCIEDADE CIVIL, QUER DOS PAÍSES PARCEIROS QUER EM PORTUGAL

“erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável dos países parceiros, num contexto de respeito pelos direitos humanos, pela democracia e pelo Estado de Direito”.¹

¹ Conceito Estratégico da
Cooperação Portuguesa 2014
– 2020.

[IMPORTA] ALINHAR A PRÓXIMA ESTRATÉGIA DA COOPERAÇÃO PORTUGUESA COM OS COMPROMISSOS INTERNACIONAIS ASSUMIDOS POR PORTUGAL SOBRE A APD

A aposta na coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável é, de acordo com as recomendações da OCDE,² um fator determinante para a construção de uma estratégia ambiciosa e com impacto. Considerando o caráter multidimensional do desenvolvimento de cada país, é cada vez mais importante considerar a interligação entre diferentes fenómenos e o seu impacto nas populações em situação de maior fragilidade. Desta forma, a nova Estratégia da Cooperação Portuguesa deve garantir que os objetivos e resultados das políticas nacionais para cada área setorial são coerentes com os objetivos e com as necessidades de desenvolvimento dos países parceiros. O acentuar do impacto das alterações climáticas, o aprofundamento das desigualdades e a proliferação de conflitos que obrigam a deslocações em massa, reforçam a necessidade de encontrar respostas globais e coerentes com a promoção do desenvolvimento sustentável. Face à magnitude e à crescente complexidade dos desafios que enfrentamos é importante que a Estratégia da Cooperação Portuguesa assuma também uma aposta clara na Educação para o Desenvolvimento e Cidadania Global. Só assim será possível aprofundar o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido a este respeito, promover uma melhor compreensão das questões críticas da vida em sociedade e produzir o conhecimento necessário para a definição de políticas coerentes.

A nova Estratégia da Cooperação Portuguesa será, por tudo isto, um documento de referência para enquadrar o contributo de Portugal para a realização da Agenda 2030. Para que isso aconteça, é necessário colocar as necessidades de desenvolvimento dos países parceiros da

cooperação portuguesa em primeiro lugar. Se, ao longo dos últimos anos, tem sido possível aprofundar a ligação das ações desenvolvidas às prioridades dos governos nacionais através de um maior envolvimento dos parceiros na definição dos Programas Estratégicos de Cooperação, há ainda um longo caminho a percorrer para garantir uma participação efetiva da Sociedade Civil, quer dos países parceiros quer em Portugal, na definição, implementação, avaliação e monitorização das atividades conduzidas e/ou financiadas pela cooperação portuguesa. A Plataforma tem apelado a uma auscultação mais estruturada e com maior qualidade às ONGD portuguesas, na medida em que a integração das organizações com uma forte presença no terreno nos processos estratégicos da cooperação é uma condição chave para a definição de respostas coerentes e integradas. O mesmo apelo tem sido feito relativamente à inclusão da Sociedade Civil dos países parceiros, condição essencial para fortalecer a apropriação dos processos de desenvolvimento, sobretudo num contexto em que os meios financeiros são insuficientes para dar resposta às necessidades das populações em situação de maior vulnerabilidade.

Ainda que o volume estimado de financiamento necessário para cumprir os ODS obrigue à mobilização de fundos provenientes de

² Recomendações da OCDE em matéria de Coerência das Políticas para o Desenvolvimento Sustentável.

outras fontes que não apenas os Estados, a Plataforma tem insistido na importância de alinhar a próxima Estratégia da Cooperação Portuguesa com os compromissos internacionais assumidos por Portugal sobre Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD). Tendo em conta que a realização da Agenda 2030 prevê que os países desenvolvidos aloquem “0,7% do RNB para APD direcionada aos países em desenvolvimento e entre 0,15% a 0,20% do RNB para os Países Menos Avançados”, até 2030, a construção de uma estratégia com o mesmo horizonte temporal constitui a oportunidade ideal para se definir uma calendarização de aumento progressivo nos fundos disponibilizados por Portugal. A par disto, e num momento em que se tem procurado complementar o financiamento público com a mobilização de atores privados, reconhecer que a lacuna que persiste entre os níveis de APD e os fundos necessários para concretizar os ODS é reconhecer a importância de adotar estratégias que salvaguardem as “necessidades dos países parceiros em termos de inovação, de partilha de tecnologia e de geração de emprego no apoio ao setor empresarial local”³ em detrimento da internacionalização da economia portuguesa. Há, por isso, um conjunto de princípios que devem ser cumpridos, de forma a garantir que a iniciativa privada não compromete os direitos humanos e a promoção do desenvolvimento sustentável nos países parceiros da cooperação portuguesa.

Enquanto documento orientador da cooperação portuguesa, é essencial que a nova estratégia seja capaz de dar corpo a respostas concretas, coerentes entre si e dotadas dos recursos necessários para enfrentar os desafios globais mais urgentes. Para isso, é fundamental associar à Estratégia um Plano de Ação e Monitorização

que defina um conjunto de metas e indicadores que permitam executar as prioridades acordadas e medir os avanços alcançados.

Face à exceção do momento em que nos encontramos e considerando a oportunidade única que a definição de uma nova estratégia representa, a Plataforma desenvolveu um processo interno de reflexão sobre o futuro da cooperação portuguesa. Enquanto aspeto determinante para a afirmação do papel de Portugal na construção de um mundo mais justo e sustentável, a expectativa é que a Estratégia reconheça a solidariedade global enquanto elemento central na abordagem da cooperação portuguesa ao longo da próxima década.

— É FUNDAMENTAL ASSOCIAR À ESTRATÉGIA UM PLANO DE AÇÃO E MONITORIZAÇÃO QUE DEFINA UM CONJUNTO DE METAS E INDICADORES QUE PERMITAM EXECUTAR AS PRIORIDADES ACORDADAS E MEDIR OS AVANÇOS

A NOVA ESTRATÉGIA DA COOPERAÇÃO PORTUGUESA

TERESA RIBEIRO

—
Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros
e da Cooperação

No final de 2020 terminará a vigência do atual Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa 2014-2020, instrumento que enquadra as prioridades nacionais de intervenção nas áreas da Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento e Ajuda Humanitária e de Emergência.

Impõe-se, pois, delinear uma nova estratégia, que, ao mesmo tempo que interpreta as mudanças entretanto ocorridas na área do Desenvolvimento, a nível nacional e internacional, é capaz de apresentar respostas a desafios emergentes, para isso identificando caminhos renovados, quando não inovadores.

É perante esta realidade que estamos já a trabalhar na elaboração da nova Estratégia da Cooperação Portuguesa para o período de 2021-2030, escolhendo-se agora para o seu termo aquele que é igualmente o da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030), não

apenas por se tratar de instrumento internacional de referência em matéria de desenvolvimento, mas igualmente porque resultou de um momento de particular relevância do multilateralismo, indispensável para lidar com os desafios que a interdependência que hoje caracteriza o mundo em que vivemos inevitavelmente coloca. Reafirma-se, assim, a sua valia substantiva, do mesmo passo sublinhando a importância do compromisso com a dimensão multilateral.

A futura Estratégia da Cooperação Portuguesa permanecerá plenamente alinhada com aquelas que são as diretrizes estruturantes da política externa portuguesa, assentes num amplo consenso nacional entre as principais forças políticas e a sociedade civil, que deve ser olhado como uma clara mais valia, também para a prossecução dos objetivos da nossa Cooperação.

Manterá, assim, naturais linhas de continuidade, não ignorando, porém, o caminho inovador que fomos fazendo nos últimos 5 anos, em sintonia, aliás, com a evolução que as modalidades de materializar a cooperação foram registando e

— A NOVA ESTRATÉGIA DA COOPERAÇÃO PORTUGUESA (...) SERÁ PAUTADA POR UMA AMPLA PARTICIPAÇÃO DE TODOS OS ATORES NACIONAIS, ESTATAIS E NÃO ESTATAIS

que acabaram refletidas num amplo leque de instrumentos internacionais e europeus, da Agenda 2030, à Agenda de Ação de Adis Abeba (2015) especialmente relevante em matéria de financiamento, o Acordo de Paris (2015) ou, mais recentemente, os Princípios de Kampala sobre o envolvimento do setor privado na cooperação para o desenvolvimento (2019).

É, pois, na interseção de uma renovada arquitetura internacional para o desenvolvimento, de um conjunto de prioridades que conformam a política externa portuguesa e de uma experiência consolidada de relacionamento com um conjunto de Países parceiros, que se desenhará a nova Estratégia da Cooperação Portuguesa.

Coordenada pelo Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, I.P., será pautada por uma ampla participação de todos os atores nacionais, estatais e não estatais, que desempenham um papel relevante na área da Cooperação para o Desenvolvimento, na Educação para o Desenvolvimento ou na Ajuda Humanitária e de Emergência.

Assim, a participação dos diversos atores da nossa sociedade civil, na sua aceção mais lata, é essencial para uma maior sensibilização, a nível nacional, dos desafios e da relevância da Cooperação. Sublinho, a este propósito, o contributo das ONGD nacionais, fruto da sua experiência no terreno, do seu poder de iniciativa, da sua capacidade de chegar onde outros não logram fazê-lo, não esquecendo as suas competências técnicas que lhe são reconhecidas. Por tudo quanto se disse, o seu testemunho será relevantíssimo na elaboração desta nova Estratégia.

Visando complementar os canais formais de consulta já existentes, como a Comissão Interministerial da Cooperação e o Fórum da Cooperação, promoveremos outras formas de auscultação, de molde a enriquecer o processo de maturação de tal instrumento.

No atual contexto da Cooperação para o Desenvolvimento, as respostas e os modelos tradicionais não são suficientes para enfrentar os problemas de crescente complexidade com que as sociedades atualmente se veem confrontadas, tanto as sociedades dos países menos desenvolvidos, como as nossas. Assim, os fundos disponibilizados pela Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) não serão bastantes para o pleno cumprimento das metas estabelecidas pela Agenda 2030 e os seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Importa, por isso, continuar a investir no estabelecimento de novas parcerias, a par do aprofundamento e otimização das já existentes, tirando pleno partido das oportunidades de financiamento



disponíveis nas instituições financeiras europeias e internacionais (IFI) e envolvendo, naturalmente, o setor privado nestes esforços.

O setor privado tem um papel decisivo a desempenhar neste paradigma renovado. Diversos organismos internacionais, ligados ao Desenvolvimento, como as Nações Unidas, assim o têm reconhecido, procurando desenvolver diferentes estratégias de atuação, capazes de mobilizar, de forma consistente e consequente, o setor privado no desenvolvimento sustentável.

Também a Cooperação Portuguesa tem feito o seu caminho nesse sentido. Ao longo dos últimos 5 anos, procurámos que os instrumentos de intervenção pública não se limitassem à APD, para isso apostando

em instrumentos de cooperação inovadores, desenvolvendo parcerias com diversos atores, do mesmo passo alargando a tradicional área geográfica da nossa ação, dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e Timor Leste, designadamente para o norte de África, a África Ocidental e a América Latina.

Nesse sentido, Portugal empenhou-se particularmente no envolvimento do setor privado nacional nos esforços da Cooperação e na consolidação da sua posição junto das IFI, através do estabelecimento de parcerias estratégicas e agendas conjuntas em diversas áreas, visando, em particular, facilitar o acesso a mecanismos europeus internacionais de financiamento do desenvolvimento e otimizar todas as suas potencialidades.



— MINISTÉRIOS DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

—
**VISANDO REFORÇAR A
ROBUSTEZ FINANCEIRA
DA COOPERAÇÃO
BILATERAL, PORTUGAL
CONTINUARÁ
CLARAMENTE
EMPENHADO NA
GESTÃO DE PROJETOS
FINANCIADOS PELA
UNIÃO EUROPEIA**

Realço, a este propósito, o papel que o Compacto para o Financiamento do Desenvolvimento dos PALOP poderá desempenhar nesta área. Estabelecido mediante um acordo assinado entre Portugal, os PALOP e o Banco Africano de Desenvolvimento, é propósito deste instrumento promover o desenvolvimento do setor privado daqueles países, bem como o investimento português.

Visando reforçar a robustez financeira da cooperação bilateral, Portugal continuará claramente empenhado na gestão de projetos financiados pela União Europeia, com benefícios consolidados para as nossas ONGD. Esta aposta de Portugal na cooperação delegada da União Europeia, e na valorização do seu papel e das suas capacidades nesse contexto, é um claro reflexo da dinâmica de diversificação de parceiros e fontes de financiamento tradicionais da nossa Cooperação, que, desde a primeira hora, assumimos, dando também aqui expressão ao espírito de parceria que a Agenda 2030 consagra.

Na mesma senda, termino realçando a importância da Cooperação Triangular, modalidade que conheceu impulso nos últimos anos, em particular com os países da América Latina, Norte de África, não ficando excluída a possibilidade do continuado alargamento deste instrumento a outras regiões do globo, conhecidas que são as suas virtualidades positivas.

setembro de 2020

DESAFIOS DA AÇÃO HUMANITÁRIA E DE EMERGÊNCIA EM PORTUGAL

RAQUEL FREITAS

—
Investigadora e Professora Auxiliar Convidada,
ISCTE-IUL



A Ação Humanitária e de Emergência (AHE) é regida por um conjunto específico de princípios que devem orientar qualquer intervenção deste tipo. Tal deve-se à especificidade das situações que requerem assistência humanitária a países atingidos por catástrofes naturais, calamidades, epidemias, ou situações causadas pelo homem como conflitos ou violações generalizadas de direitos humanos.

Em qualquer dos casos um aspeto comum merece enfoque acrescido, que é a particular vulnerabilidade das populações afetadas e a necessidade de garantir não só a assistência material que assegure as possibilidades de sobrevivência em condições dignas, mas também a proteção internacional que possa ser necessária.

Existe um conjunto vasto de princípios e normas de orientação internacionais no âmbito da AHE,

MUITO EMBORA AMBOS CONSTITUAM EIXOS DE UMA ÁREA DE INTERVENÇÃO ESPECÍFICA DA AÇÃO EXTERNA, A AHE E A CD TÊM CARACTERÍSTICAS DISTINTAS

com diferentes graus de vinculação jurídica, mas todos eles imperativos não só de um ponto de vista ético-político, mas também do ponto de vista da própria efetividade da ação humanitária.

A humanidade, neutralidade, independência, imparcialidade são alguns dos princípios que procuram garantir que a AHE é desenvolvida no respeito pela dignidade humana e orientada pelas necessidades sentidas. Garantem também que os agentes nela envolvidos desenvolvem as suas ações de uma forma autónoma em relação aos interesses e dinâmicas políticas, económicas, militares ou outras que operem no terreno ou mesmo ao nível dos doadores. Só assim se assegura que a AHE não seja instrumentalizada para fins políticos e que não acrescente impactos negativos (*do no harm*) aos que já afligem o país e a população afetada.

A observação destes e outros princípios internacionais é particularmente premente no caso de assistência a países onde a capacidade de resposta é por vezes menos robusta e a necessidade de assistência internacional é maior. Nalguns casos mais extremos, a própria cooperação com o governo do país afetado revela-se minada por obstáculos de ordem política que tornam a AHE ainda mais complexa e sensível. Portugal possui uma estratégia operacional em AHE, aprovada em 2015. No entanto a prática tem-se pautado por decisões políticas *ad hoc* sobre onde e como responder a situações de crise, colocando em causa o respeito pelos princípios humanitários. Ainda nesta linha, verifica-se a falta de orientações claras relativamente à utilização de recursos militares e de proteção civil que garanta a conformidade com os princípios internacionais.

A AHE por si só é apenas um paliativo em situações que muitas vezes têm uma natureza complexa e requerem esforços mais sustentáveis que contribuam para reduzir vulnerabilidades crónicas. Assim, tem havido uma tendência crescente para integrar os esforços humanitários

— PORTUGAL POSSUI UMA ESTRATÉGIA OPERACIONAL EM AHE, APROVADA EM 2015. NO ENTANTO A PRÁTICA TEM-SE PAUTADO POR DECISÕES POLÍTICAS AD HOC

nos de cooperação para o desenvolvimento (CD), almejando uma abordagem consistente que não deixe áreas cinzentas ou populações sem resposta (*leave no one behind*).

Muito embora ambos constituam eixos de uma área de intervenção específica da ação externa, a AHE e a CD têm características distintas. A AHE caracteriza-se por tempos curtos nas intervenções, ações com base em protocolos de resposta previamente definidos, mas com um elevado índice de flexibilidade em função das necessidades, e uma neutralidade em relação às disputas ou dinâmicas políticas existentes no terreno. Por seu turno, a CD caracteriza-se por tempos em geral mais longos, uma programação mais estruturada, mas também menos flexível. Envolve uma mais forte articulação com os agentes locais a vários níveis, com a vantagem de permitir um melhor conhecimento da realidade no terreno e um maior envolvimento das populações nos próprios processos de decisão/programação/avaliação.

No entanto nalgumas situações tal proximidade política acarreta uma potencial incompatibilidade com os princípios humanitários.

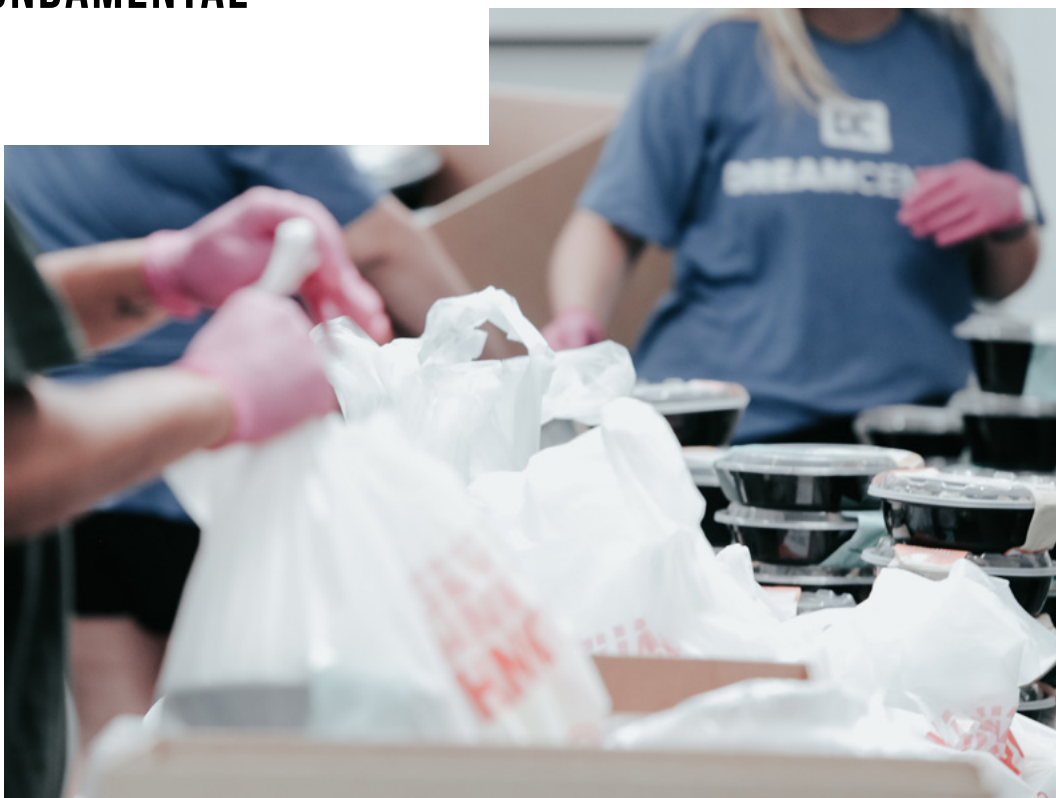
Portugal tem feito um reconhecido esforço no sentido de uma maior integração entre a AHE e CD. Tal ajustamento deve ser feito em função das especificidades de cada uma delas, tirando partido das respetivas mais-valias, mas também respeitando as diferentes prerrogativas que lhes são inerentes. A AHE não pode constituir um instrumento de política externa ou económica, e deve ser disponibilizada em função das necessidades identificadas pelas autoridades locais e outros agentes responsáveis pela resposta humanitária, incluindo as próprias populações, que devem ser plenamente envolvidas nos processos. É também fundamental um reforço, não só do financiamento atribuído a esta área, mas também da previsibilidade e clarificação dos critérios de atribuição, que até agora têm sido bastante vagos.

O Comité de Auxílio ao Desenvolvimento (CAD-OCDE) tem salientado a falta de identificação da vantagem comparativa de Portugal na área da AHE. A forte ligação entre Portugal e os países parceiros em vários setores técnicos pode ser aproveitada no sentido de um maior investimento no setor humanitário ao nível da prevenção e mitigação de riscos e preparação de planos de resposta de emergência. Existe ainda um excelente potencial em diversos setores como a proteção civil, emergência médica e outras entidades, designadamente da sociedade civil, com experiência na participação em esforços de assistência internacional. Importa capitalizar sobre esses potenciais de forma sustentada e capacitar as instituições para assumir mais atuação com competência específica no setor humanitário e melhorar os instrumentos de coordenação. A capacitação dos nossos profissionais para atuar no setor humanitário assume uma importância fundamental. Nos últimos anos tem-se registado

um aumento da oferta académica a este nível e também um aumento da procura de formação específica nesta área. Seria desejável aumentar também a investigação e a massa crítica de profissionais portugueses a trabalhar no setor.

A CAPACITAÇÃO DOS NOSSOS PROFISSIONAIS PARA ATUAR NO SETOR HUMANITÁRIO ASSUME UMA IMPORTÂNCIA FUNDAMENTAL

Finalmente destaca-se a questão migratória, que na Europa tem assumido uma vertente humanitária particularmente preocupante devido à escala e complexidade dos fluxos, aos quais até agora não tem sido dada uma resposta efetiva. É importante que a ação humanitária não se torne substituto à possibilidade de procurar asilo, e Portugal deve continuar a pugnar por uma política nacional e europeia respeitadora dos compromissos internacionais. Neste aspeto é muito importante a informação e esclarecimento da opinião pública, por forma a evitar preconceitos e estigmas, área onde a sociedade civil no seu conjunto (ONG, media, universidades) tem um papel fundamental, e cujas ações devem ser apoiadas.



A EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO E A CIDADANIA GLOBAL COMO EIXO DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO

ANA ISABEL CASTANHEIRA E MÓNICA SANTOS SILVA

—
Unidade de Cidadania Global, IMVF

As comunidades e sociedades têm vindo a mudar a um ritmo acelerado. Os últimos anos têm sido verdadeiramente notáveis quanto ao surgimento de diversos movimentos, registo de profundas mudanças sociais, económicas, políticas e ideais, expressas em novas perspetivas e reestruturações globais. Tal como as respetivas reações contrárias, como patente em todos os processos de mudança. A entrar na terceira década do século XXI, contaríamos estar a assistir a uma multiplicação de fenómenos de ódio e de populismo, ou à perpetuação de discriminações grupais e raciais que desumanizam? Contaríamos estar a assistir à destruição dos recursos naturais

que sabemos essenciais à preservação das gerações presentes e futuras, e que destroem aquela que é a nossa Casa Comum? Estaríamos conscientes de que iríamos viver num mundo em profunda desigualdade social e económica, que agravam as condições de vida de milhões de pessoas em todo o globo? Acreditariamos que os valores e princípios humanistas que defendemos e partilhamos, em nome do bem comum, estariam a ser postos em causa?

É o mundo em mudança permanente que marca o ritmo e o contexto global da cooperação para o desenvolvimento, que se encontra num momento decisivo. Com a aprovação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, e o reconhecimento das interligações e interdependências *glocais* (global + local), urge a necessidade de Portugal refletir sobre o seu

É O MUNDO EM MUDANÇA PERMANENTE QUE MARCA O RITMO E O CONTEXTO GLOBAL DA COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO, QUE SE ENCONTRA NUM MOMENTO DECISIVO

papel e contributo na construção de um mundo mais digno, inclusivo, justo e sustentável face a um conjunto de desafios globais e dinâmicas tão diversas, como o agravar das desigualdades entre e dentro dos países; a emergência de movimentos populistas e de radicalização; a fragilidade do espaço de ação da sociedade civil, cada vez mais restrito em tantas geografias; as alterações climáticas; o agravamento da pobreza; a falta de acesso à saúde, educação, água, energia, saneamento...

Reconhecendo que o desenvolvimento é uma responsabilidade partilhada, é importante o contributo de cada uma das áreas de intervenção da Cooperação Portuguesa (Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento e Cidadania Global, e Ação Humanitária e de Emergência) em tornar realidade os compromissos assumidos em prol da promoção da dignidade humana, promovendo o equilíbrio entre Pessoas, Pessoas, Planeta, Paz, Parcerias e Prosperidade.



Como “processo de aprendizagem e transformação através da ação individual e/ou colaborativa orientada para a justiça social e o bem comum” ¹, a Educação para o Desenvolvimento e Cidadania Global (EDCG) é essencial para potenciar o contributo de Portugal em transformar a visão para um mundo melhor, em realidade, colaborando para uma maior expressão e reforço da solidariedade internacional, em que todas as pessoas e instituições têm um papel a desempenhar para que “ninguém seja deixado para trás”.

Se, no decurso dos últimos anos, a política de Cooperação Portuguesa tem vindo a reconhecer e valorizar o contributo da EDCG quanto a uma visão e compreensão transversal e abrangente dos desafios globais, são disso exemplos, a adoção da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento e do seu Plano de Ação é ainda necessário reforçar o espaço público e político dedicado à EDCG.

O processo de construção e de aprovação de uma nova Estratégia Nacional de Educação

para o Desenvolvimento (ENED) 2018-2022, em julho de 2018, demonstrou claramente a importância não só dos temas e formas de intervenção da EDCG, mas também do processo. A aprovação da ENED assente num modelo de intervenção participativo, coletivo e multiator, é considerado como uma boa prática nacional e internacional, e deveria servir de modelo à definição de estratégias e políticas no setor do desenvolvimento, inclusive à elaboração do novo Conceito Estratégico de Cooperação Portuguesa.

Foi neste processo participado que a EDCG assumiu “a promoção constante da desconstrução de estereótipos e da defesa da não discriminação, da igualdade e da dignidade de todos e de todas, independentemente da ascendência, sexo, origem racial e étnica, cor, língua, território de origem, nacionalidade, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual (razões em conformidade com o artigo 13.º da Constituição da República Portuguesa e com a Lei n.º 93/2017, de 23 de agosto)” ². De facto, não só estamos alinhados aos princípios orientadores da Constituição, mas também às políticas e processos basilares do Desenvolvimento Sustentável. Destaque para a prossecução da Agenda 2030, que irá decerto orientar a novo Conceito Estratégico de Cooperação Portuguesa, e cujo papel da EDCG, reconhecido na Agenda, será determinante para ativar uma cidadania ativa e consciente assente no pleno respeito pelos direitos humanos.

A EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO E CIDADANIA GLOBAL (EDCG) É ESSENCIAL PARA POTENCIAR O CONTRIBUTO DE PORTUGAL EM TRANSFORMAR A VISÃO PARA UM MUNDO MELHOR

Partindo da premissa de que as pessoas comportam, em si, energia para agir e a possibilidade de mudança é uma realidade, a EDCG possibilita o desenvolvimento de competências. Competências, valores e princípios que permitem interpretar o mundo em que vivemos, de nos posicionarmos perante os desafios que se colocam a nível local, regional, nacional e global, convidando-nos ou exigindo ação da nossa parte. Perante um cenário de incerteza, a Educação para o Desenvolvimento e Cidadania Global permite espaço para refletir criticamente e agir. Potencia, portanto, em espaços formais e não formais, uma resposta coerente e assertiva aos múltiplos desafios que enfrentamos.

Sabemos que não podemos mudar o mundo sozinhos, mas não tenhamos medo de intervir, de refletir criticamente, de facilitar processos de aprendizagem, de “identificar e desconstruir as narrativas incentivadoras de lógicas políticas e económicas insustentáveis”³, de reforçar o trabalho em rede em diferentes geografias e com diferentes atores do desenvolvimento, de advogar pela necessidade de alocação de mais recursos, de erguer a nossa voz e agir contra as injustiças e desigualdades, e de defender a EDCG como eixo central das políticas de desenvolvimento adotadas e das que possam vir a sê-lo.

E se, de facto, estamos a construir um Conceito Estratégico de Cooperação Portuguesa ambicioso e relevante para o período pós 2020, então não tenhamos dúvidas que é imperativo firmar e garantir as condições necessárias para assegurar o papel inovador e central da EDCG, assente na capacidade de intervenção e transformação social, económica, política e ambiental.

A EDCG é o eixo do processo de Desenvolvimento.

**SE, DE FACTO, ESTAMOS A
CONSTRUIR UM CONCEITO
ESTRATÉGICO DE
COOPERAÇÃO PORTUGUESA
AMBICIOSO E RELEVANTE
PARA O PERÍODO PÓS
2020, ENTÃO NÃO
TENHAMOS DÚVIDAS QUE
É IMPERATIVO FIRMAR E
GARANTIR AS CONDIÇÕES
NECESSÁRIAS PARA
ASSEGURAR O PAPEL
INOVADOR E CENTRAL
DA EDCG**

¹ Narrativa de Educação para o Desenvolvimento e a Cidadania Global.

² Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2018-2022.

³ Narrativa de Educação para o Desenvolvimento e a Cidadania Global.

ONDE ESTAMOS? PARA ONDE QUEREMOS IR? COMO LÁ CHEGAR?

COMO A COOPERAÇÃO PORTUGUESA SE PODE COLOCAR NA VANGUARDA DA JUSTIÇA CLIMÁTICA

ANA PATRÍCIA FONSECA

—
Coordenadora Departamento de Educação
para o Desenvolvimento e Advocacia Social na FEC

Onde estamos? Para onde queremos ir? Como lá chegar? Estas eram as três perguntas base do chamado Diálogo de Talanoa da Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas¹ (na sigla inglesa, UNFCCC), um dos instrumentos utilizados na preparação dos compromissos climáticos que cada país deveria adotar em 2020. O mundo, entretanto, parece suspenso. Impõe-se, por isso, repetir com firmeza: Onde estamos? Para onde queremos ir? Como lá chegar?

No Acordo de Paris, aprovado em 2015, quase todos os países assumiram o compromisso de manter o aumento médio da temperatura abaixo dos 2° C, em comparação com os níveis pré industriais, prosseguindo esforços para limitar preferencialmente esse aumento abaixo dos 1,5° C.

Os últimos relatórios divulgados pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP)², Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC)³ e Organização Mundial de Meteorologia (WMO)⁴ traduzem a insuficiência das respostas da comunidade internacional e mostram quão longe estamos da trajetória desejável. As atuais Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC)⁵ – os compromissos climáticos assumidos por cada país – representam apenas um terço da redução de emissões necessária para limitar o aquecimento a 1,5° C. Com as atuais metas definidas, o mundo caminha para um aumento de temperatura de 3,2° C. Será necessário reduzir as emissões globais em 7,6% em cada ano, durante a próxima década, para impedir o aumento da temperatura em 1,5° C até ao final do século.



— NO CENÁRIO INTERNACIONAL, A COOPERAÇÃO PORTUGUESA PODE (E DEVE) TER UMA POSIÇÃO DE DESTAQUE NO COMBATE ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Entretanto, em dezembro de 2019, a Comissão Europeia apresentou o Pacto Ecológico Europeu⁶ (*European Green Deal*), como resposta a estes desafios. Procurando colocar a Europa na frente do combate mundial às alterações climáticas e na liderança de um novo modelo de crescimento económico, a nova estratégia aponta para uma economia competitiva e eficiente na utilização dos recursos, prevê alcançar a neutralidade carbónica até 2050 e integra o plano europeu para a implementação dos ODS.

Em Portugal, o Roteiro de Neutralidade Carbónica⁷ alinha com os objetivos do Acordo de Paris e posiciona o país como um dos mais ambiciosos a nível internacional no cumprimento desta meta.

Entre avanços e recuos, críticas e concordâncias, os acordos, pactos e roteiros - nacionais e internacionais - procuram responder às duas primeiras perguntas de Talanoa: Onde estamos? Para onde queremos ir? Voltemos à terceira: como lá chegar?

No cenário internacional, a Cooperação Portuguesa pode (e deve) ter uma posição de destaque no combate às alterações climáticas. A elaboração, em curso, de um novo Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa afigura-se como a oportunidade de Portugal afirmar que estamos perante um problema de justiça climática, para o qual tem uma visão clara de como o enfrentar. “A crise climática perpetua sistemas económicos, sociais e políticos desiguais.”⁸ Os países que menos contribuíram para as alterações climáticas, e que têm menos responsabilidades históricas na ampliação fenómeno, são atualmente os mais afetados pelos seus efeitos, muitos deles países parceiros de Portugal.

Na resposta à terceira pergunta de Talanoa – Como lá chegar? – ensaiamos algumas propostas que o novo Conceito Estratégico da Cooperação

Portuguesa deve integrar, para garantir a justiça climática juntos dos países parceiros:

- 1_ Articulação entre as diferentes agendas, em especial as do ambiente e desenvolvimento sustentável;
- 2_ Transversalidade da questão climática em todos os setores de atuação, garantindo uma ação coordenada e o financiamento adequado;
- 3_ Garantia de que o financiamento climático é assegurado por fundos novos e adicionais, não colocando em risco o orçamento da Ajuda Pública ao Desenvolvimento para os setores sociais nos países mais pobres;
- 4_ Implementação de estratégias de cooperação que concretizem de forma coerente planos de adaptação e mitigação nos países em desenvolvimento;
- 5_ Apoio à mitigação, adaptação, financiamento e transferência de tecnologia para os países mais afetados;
- 6_ Incentivo à prática e à partilha de alternativas locais que influenciem políticas catalisadoras de mudanças sistémicas;
- 7_ Prossecução, de forma articulada e integrada, das estratégias nacionais de educação para o desenvolvimento, educação ambiental e educação



— É NOSSO DEVER E RESPONSABILIDADE INCLUIR A LUTA PELA JUSTIÇA CLIMÁTICA NAS ESTRATÉGIAS NACIONAIS DE COOPERAÇÃO COM PAÍSES PARCEIROS

cívica, protagonizando e mobilizando estilos de vida e políticas mais justas e sustentáveis.

Travar as alterações climáticas é, acima de tudo, uma questão de justiça e respeito pelos direitos humanos. Sabemos que são os países, as comunidades e as pessoas mais vulneráveis que mais sofrem com os seus efeitos, mas os que menos contribuem para o fenómeno. É nosso dever e responsabilidade incluir a luta pela justiça climática nas estratégias nacionais de cooperação com países parceiros, das quais o Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa é o documento orientador. O que aqui vier a ser desenhado deve responder com clareza às três questões de Talanoa: Onde estamos? Para onde queremos ir? E, sobretudo, como lá chegar?

- ¹ UNFCCC: United Nations Framework Convention on Climate Change
- ² <https://www.unenvironment.org/news-and-stories/press-release/cut-global-emissions-76-percent-every-year-next-decade-meet-15degc>
- ³ <https://www.ipcc.ch/srocc/>;
<https://www.ipcc.ch/srccl/>
- ⁴ https://library.wmo.int/index.php?lvl=notice_display&id=21609#.X48FM5NKjOT
- ⁵ Contribuições nacionais para o Acordo de Paris em tempo real.
- ⁶ https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/european-green-deal-communication_en.pdf
- ⁷ <https://descarbonizar2050.pt/roteiro/>
- ⁸ CIDSE, *A Urgência das Alterações Climáticas – rumo a um novo paradigma*, 2018, Bruxelas

RUMO AO CUIDADO DA VIDA

SOBRE GÉNERO, ONGD, PARCERIAS E TRANSFORMAÇÕES

BLANCA JIMÉNEZ DÍAZ

—

Especialista em Educação para a Transformação Social e Perspetiva de Género.
Agente da igualdade e animadora sociocultural.

Há alguns anos, quando nos espaços de reflexão das Coordenadoras de ONGD espanholas se falava em tornar a perspetiva feminista transversal, criou-se um debate e questionou-se o caminho face ao modelo de desenvolvimento que queríamos alcançar. Nem toda a gente, nem todas as organizações, achavam que tivéssemos de introduzir sempre o género, entendendo possivelmente que só se trata de uma parte, um tópico, um grupo diferente ou uma luta externa e não partilhada por todas... Com o tempo, cada vez mais organizações deram o passo à frente, estabelecendo que o feminismo está intimamente ligado aos direitos, à transformação social, e a uma mudança de modelo. Trata-se de renovar o modo como nos relacionamos, do local ao global, do privado ao público, não é só uma questão de mulheres nem de organizações feministas.

Os movimentos feministas apresentam há anos uma onda de reivindicação e sororidade em cadeia que percorre todo o planeta, e que em 2018 revelou uma força sem precedentes. Este acontecimento não passou despercebido,

e representa uma aprendizagem para o resto das organizações e movimentos sociais dos mais distintos tipos. Estes movimentos ligam problemas locais e quotidianos sofridos em todo o planeta. Visibilizam as opressões históricas das mulheres de todo o mundo, como a violência sexual, tal como ocorreu com a campanha global #MeToo, ou Movimento 8M que tem convocado a greve internacional de cuidados, laboral e também estudantil ou de consumo, porque se as mulheres param o mundo para.

Mas não são só reivindicações femininas, os movimentos de mulheres têm tido reivindicações históricas relacionadas com os direitos humanos, a cultura da paz, o antirracismo, a sustentabilidade ambiental, entre muitas outras. Podemos falar do movimento de mulheres indígenas, com reivindicações como o direito à água, o direito à terra, os direitos humanos, etc. Podemos falar dos movimentos ecofeministas, que se propõem a ter um foco no cuidado com a vida, tanto das pessoas como do meio ambiente.

O ano 2020 e a pandemia de COVID19 trouxeram também grandes aprendizagens relacionadas com o género e com o cuidado da



vida. Esta pandemia global colocou os países desenvolvidos em frente ao espelho, revelando a sua própria vulnerabilidade, e também a base em que se sustêm. As organizações ecofeministas tem vindo a mostrar a imagem do iceberg de cuidados como metáfora do sistema económico predominante, na base desse sistema encontram-se os trabalhos (renumerados e não renumerados) imprescindíveis para manter a vida, e, portanto, o sistema. São esses trabalhos que, nestes últimos meses, temos reivindicado como imprescindíveis (sanitários, educacionais, de limpeza, geriatria, cuidado de crianças, a agricultura e produção de alimentos, etc.). São os trabalhos menos visíveis, pior pagos, e na sua maioria predominantemente femininos. Não é por acaso, aliás, que grande parte da população migrante trabalhe nessas profissões, principalmente as mulheres. É o que conhecemos como cadeia de cuidados, na qual as mulheres abandonam as suas casas e países de origem deixando de cuidar das suas famílias para cuidar da família de outras pessoas com maior poder aquisitivo em países ricos. Não é por acaso, tão-pouco, que na ponta do iceberg, se encontrem os trabalhos mais bem renumerados e também mais poluentes ou prejudiciais para o meio ambiente. É, portanto, uma questão de

—
**OS MOVIMENTOS DE
MULHERES TÊM TIDO
REVINDICAÇÕES HISTÓRICAS
RELACIONADAS COM
OS DIREITOS HUMANOS,
A CULTURA DA PAZ,
O ANTIRRACISMO,
A SUSTENTABILIDADE
AMBIENTAL, ENTRE
MUITAS OUTRAS**

— O SISTEMA DE DESENVOLVIMENTO TEM COMO BASE O TRABALHO DE CUIDADOS QUE NÃO É VALORIZADO OU CONTABILIZADO, REALIZADO PRINCIPALMENTE POR MULHERES

modelo de desenvolvimento. Assim, tal como há anos as ONGD trabalham em torno da Dívida Externa, podemos clamar também pela Dívida de Cuidados e o papel fundamental da mulher no desenvolvimento da vida. Como afirma a escritora e ativista italiana Silvia Federici, *“a globalização capitalista é em essência uma guerra contra as mulheres, especialmente contra as mulheres pobres, e contra as mulheres que vivem em países pobres”*.

Nomes de destaque de ativistas e defensoras de direitos humanos, todas com uma perspetiva feminista, mostraram-nos, e continuam a fazê-lo, diferentes enfoques, opressões, reivindicações e alternativas relacionadas com o sistema e o modelo de desenvolvimento vigente. Mulheres como a ativista indígena Hondurenha Berta Cárceres, a espanhola Helena Maleno na fronteira sul de Marrocos, a ativista eco feminista indiana Vandana Shiva ou a eco feminista espanhola Yayo Herrero, entre muitas outras. Assim como todas aquelas mulheres que sustentam, se expandem e agem todos os dias de lugares invisíveis, que ninguém conhece, aquelas que estão nas casas, nos bairros, nos campos, nas fábricas...

Contudo, o género não é só uma questão de mulheres, está relacionado com as pessoas como um todo, bem como com a forma como nos relacionamos, e também com a construção da masculinidade. Deste modo, esses também são grandes desafios para as organizações e também para as políticas. Construir modelos de organização mais horizontais e participativos que tenham em conta as necessidades grupais, familiares e pessoais, capazes de dismantelar as relações de poder, seria uma forma de oferecer boas práticas e alternativas ao sistema atual. Da mesma forma, a aproximação e transformação das masculinidades parecem cruciais para reverter o sistema, como formas interessantes de investigar as ONGD e as políticas de cooperação e educação para o desenvolvimento.

Se o sistema de desenvolvimento tem como base o trabalho de cuidados que não é valorizado ou contabilizado, realizado principalmente por mulheres, maioritariamente pobres e a nível global, e se o cuidado é fundamental para que as sociedades, o planeta, a economia e as políticas se sustentem, então, que relações podem ou devem ser estabelecidas entre o género e o feminismo com o trabalho das ONGD e políticas de desenvolvimento?

Se se trata de tornar as opressões visíveis, reivindicar direitos e oferecer alternativas para o bem comum e para a justiça social do local ao global, como podemos promover uma perspetiva de género a partir das ONGD e das políticas de desenvolvimento, tanto para fora (sociedade) como para dentro (estruturas, decisões, etc.), que servem de experiência, exemplo ou micromodelo deste bem comum?

As ONGD são um dos atores sociais que acompanham esse processo de mudança para um modelo mais igualitário, em prol dos direitos



humanos e da inclusão da diversidade, da sustentabilidade e do cuidado com a vida das pessoas e do planeta. Por isso, possivelmente, para encontrar respostas devem-se intensificar a criação de redes, parcerias e a aprendizagem com outros grupos, movimentos e plataformas e, adicionalmente, devem ser ouvidos e colocados como verdadeiros sujeitos políticos, aqueles e aquelas que estão na base do iceberg, que suportam e sustentam o sistema todos os dias.

Estes processos de mudança deveriam ser acompanhados por políticas públicas construídas a partir do cuidado e da sustentabilidade da vida, da perspectiva de género e da defesa dos direitos humanos. Políticas de cooperação que estimulem os países a implementar medidas concretas para transformar as suas estruturas e instituições patriarcais, e combater as normas sociais discriminatórias onde elas ocorrem, em direção a um modelo de desenvolvimento alternativo ao sistema atual - os factos mostram-nos a necessidade dessa mudança.

— ESTES PROCESSOS DE MUDANÇA DEVERIAM SER ACOMPANHADOS POR POLÍTICAS PÚBLICAS CONSTRUÍDAS A PARTIR (...) DA PERSPETIVA DE GÉNERO E DA DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

Promover processos de transformação social com uma perspectiva de cidadania global implica, em suma, uma perspectiva de género que seja capaz de inverter o sistema e colocar a vida no centro, uma vida sustentável a longo prazo e que valha a pena ser vivida por todas.

Badajoz, setembro de 2020

TRADUÇÃO POR CARLOTA PEREIRA

ENVOLVIMENTO DO SETOR PRIVADO NA COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO: DESAFIOS E OPORTUNIDADES

ISABELLE BRACHET

—

Conselheira principal para a representação na UE,
ActionAid International

Muitos países doadores consideram que o setor privado tem um papel essencial na cooperação para o desenvolvimento. *Porquê?* Porque as atividades empresariais geram empregos e existe a crença de que as empresas irão investir em projetos que contribuam para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos países em desenvolvimento se uma injeção de dinheiro público reduzir o risco financeiro desses projetos para as empresas investidoras. É assim que surge a ideia de “combinar” fundos públicos e privados, ou seja, utilizar fundos públicos, na sua grande maioria destinados à ajuda ao desenvolvimento, para incentivar investimentos privados.

Na Europa, vários países implementaram reformas na cooperação para o desenvolvimento para poderem subsidiar empresas privadas. A um nível regional, o apoio ao setor privado está na primeira linha da abordagem da UE ao desenvolvimento¹, com o Plano de Investimento

Externo (PIE) adotado em 2016.² No próximo orçamento da UE, que abrange os anos de 2021 a 2027, espera-se que haja um aumento nos montantes da ajuda ao desenvolvimento reservados para a atribuição de subsídios a empresas privadas.³ Com esta mudança, existirão menos fundos disponíveis para outras entidades que operam na área do desenvolvimento, tais como as agências da ONU, organizações da sociedade civil e autoridades locais.

Estas novas modalidades de financiamento regem-se por regulamentações extremamente complexas, sendo assim necessários especialistas financeiros, em vez de especialistas nas áreas dos direitos humanos ou do ambiente. As suas principais preocupações são a rentabilidade dos projetos, os lucros, as taxas de aprovisionamento, os intermediários financeiros, os rácios de capitalização... só depois pensam no direito à alimentação, nos direitos das mulheres, nos direitos dos trabalhadores ou no espaço cívico...



Está a funcionar?

Investigações recentes demonstram que os montantes mobilizados não satisfazem as expectativas.⁴ Ainda pior, a alavancagem de investimentos privados através do subsídio ao setor privado nos países doadores pode ter um impacto negativo no desenvolvimento local do setor privado nos países menos desenvolvidos.⁵ Muitas vezes, não existe qualquer evidência do impacto positivo destes investimentos no combate à pobreza e em empregos decentes para as mulheres e para os homens.⁶ Em termos de igualdade de género, por exemplo, 37,5% dos projetos do PIE analisados por avaliadores externos tinham a igualdade de género como um dos seus principais objetivos ou como um objetivo importante. No entanto, a igualdade de género deve ser transversalizada em 85% dos gastos da UE na área do desenvolvimento. Outras preocupações incluem a partilha desadequada de riscos entre os organismos do setor público e as empresas privadas, a falta de transparência e prestação de contas, bem como preocupações em termos de equidade.⁷ Estas

— NA EUROPA, VÁRIOS PAÍSES IMPLEMENTARAM REFORMAS NA COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO PARA PODEREM SUBSIDIAR EMPRESAS PRIVADAS

ferramentas financeiras funcionam em conjunto com reformas políticas encorajadoras da UE em países parceiros, que visam criar um “ambiente favorável à atuação das empresas”, mas as reformas necessárias são identificadas com as empresas e sem o envolvimento da sociedade civil.⁸

Os governos devem regulamentar para assegurar que as empresas privadas cumprem o seu papel

Confiar que os incentivos financeiros são suficientes para assegurar que as empresas agem corretamente (e fornecem bens públicos) não é uma solução sustentável. As empresas devem contribuir para a criação de sociedades mais igualitárias e economias verdes, independentemente de receberem, ou não, ajuda financeira. Para que tal aconteça, os governos têm de adotar um quadro regulamentar que viabilize esta realidade. São necessárias regulamentações a vários níveis, desde uma regulamentação fiscal internacional justa e eficaz (uma vez que os países com baixos rendimentos perdem 200 biliões de dólares por ano devido à elisão fiscal) até leis de diligência prévia que permitam que as vítimas de abusos de direitos humanos cometidos por empresas possam ter acesso a compensações.⁹

—
**PRECISAMOS AINDA DE
UMA REFORMA PROFUNDA
DA GOVERNAÇÃO
EMPRESARIAL PARA
ASSEGURAR QUE O
PROCESSO DE TOMADA DE
DECISÕES DAS EMPRESAS
ESTÁ MAIS ALINHADO
COM O BEM COMUM...**

Precisamos ainda de uma reforma profunda da governação empresarial para assegurar que o processo de tomada de decisões das empresas está mais alinhado com o bem comum, assim como uma regulamentação financeira robusta que permita direcionar todos os investimentos para causas justas (e responsabilizar as empresas que financiam apropriações ilegais de terras, desflorestação e violações dos direitos humanos).

A utilização de uma percentagem cada vez maior da ajuda ao desenvolvimento para fomentar investimentos privados em países em desenvolvimento enquanto estas reformas básicas ainda estão por concretizar pode comportar mais riscos do que benefícios.

As instituições para o financiamento do desenvolvimento devem apoiar modelos de negócio inclusivos e aplicar critérios rigorosos

O apoio público deve concentrar-se em microempresas e em pequenas e médias empresas locais, bem como em modelos de negócio inclusivos (por exemplo, cooperativas e empresas sociais). As empresas inclusivas regem-se por uma missão social e ambiental, integrada nos seus estatutos e com impacto na estrutura de governação. Desta forma, as decisões empresariais concretizam essa missão e estas empresas reinvestem os lucros na economia local, em vez de gerarem dividendos para os acionistas nos países doadores. Este modelo contrasta com os modelos de negócio convencionais que dão prioridade à maximização dos lucros acima de tudo o resto, algo que pode resultar em abusos dos direitos humanos e na exploração ambiental.¹⁰

A ajuda ao desenvolvimento não deve ser utilizada para promover investimentos privados em serviços públicos, como a saúde e a educação. A privatização dos serviços públicos “resulta muitas

vezes na eliminação sistemática das proteções de direitos humanos e numa marginalização ainda maior dos interesses das pessoas com baixos rendimentos e daquelas que vivem na pobreza”.¹¹

Só devem ser apoiadas as atividades que respeitem os direitos humanos e os objetivos ambientais. As empresas que praticam a elisão fiscal devem ser excluídas, assim como aquelas que investem em combustíveis fósseis. O alvo de 85% de paridade de género deve ser satisfeito, a transparência acerca dos beneficiários finais deve estar garantida, o direito de todas as comunidades locais a um consentimento livre, prévio e informado sobre os investimentos relacionados com a terra deve ser garantido e devem existir mecanismos de reclamação eficazes.

Conclusão

A ajuda ao desenvolvimento pode acompanhar da melhor forma a diversificação das economias locais nos países parceiros, ao apoiar modelos de negócio inclusivos, microempresas e pequenas empresas que tragam benefícios sociais e ambientais às sociedades em que operam. Se, em condições extremamente rigorosas, a ajuda é utilizada para promover investimentos privados estrangeiros no Sul Global, tal não deve substituir o apoio orçamental e subsídios diretos, que já provaram ter um impacto positivo na vida das pessoas e no ambiente. Por fim, mas não menos importante, a reforma fiscal global para reduzir a elisão e a evasão fiscais em massa por empresas transnacionais e pela faixa mais rica da população é mais urgente do que nunca: a justiça fiscal deve ser a principal prioridade de qualquer conjunto de políticas de eliminação da pobreza e pode acabar com a dependência da ajuda.¹²

TRADUÇÃO POR JOÃO OLIVEIRA

O APOIO PÚBLICO DEVE CONCENTRAR-SE EM MICROEMPRESAS E EM PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS LOCAIS, BEM COMO EM MODELOS DE NEGÓCIO INCLUSIVOS

¹ Comunicação da Comissão Europeia, Reforço do papel do setor privado no crescimento inclusivo e sustentável nos países em desenvolvimento, 2014.

² https://ec.europa.eu/eu-external-investment-plan/home_en

³ Análise conjunta por 14 ONG, International Development and the next EU Budget: An analysis of the European Commission's proposals on EFSD and EFSD+ in the revised NDICI and Next Generation EU, 2020.

⁴ ODI, Blended finance in the poorest countries: the need for a better approach, 2019.

⁵ UNCTAD, The Least Developed Countries Report, 2019.

⁶ Evaluation of EU blending between 2007 and 2014 (2016). Comissão Europeia, Implementation report of the EFSD and the EFSD guarantee fund, 2020.

⁷ Parlamento Europeu, The use of development funds for de-risking private investment: how effective is it in delivering development results?, 2020.

⁸ https://www.eurodad.org/business_business_and_business

⁹ Comissão Europeia, Study on due diligence requirements through the supply chain, Jan 2020.

¹⁰ Concord, Rebuilding better with sustainable and inclusive business models, 2020.

¹¹ Philip Alston, relator especial da ONU para a pobreza extrema e os direitos humanos, relatório anual de 2018.

¹² Philip Alston, relator especial da ONU para a pobreza extrema e os direitos humanos, The parlous state of poverty eradication (advanced unedited version), 2020.



CASA DOS DIREITOS NA GUINÉ-BISSAU

UM PORTO DE ABRIGO PARA E DA SOCIEDADE CIVIL

ANA FILIPA OLIVEIRA

—

Membro do Conselho Directivo da ACEP

Num momento em que se reflete sobre o futuro da Cooperação Portuguesa, com a elaboração em curso do seu novo conceito estratégico, é fulcral debater e relevar o papel da sociedade civil dos países parceiros neste âmbito, enquanto atores cruciais na promoção proteção do espaço cívico e dos Direitos Humanos. Aqui traçamos o percurso de uma parceria entre ONG portuguesas e guineenses na defesa dos Direitos Humanos e na monitoria de políticas, num contexto particularmente desafiante como é o da Guiné-Bissau.

Imagine-se um lugar de tortura e de violação sistemática dos Direitos Humanos, antro na época colonial e no período pós-independência, tornar-se um lugar de promoção e de defesa de Direitos Humanos. Desde 2012 que esse lugar é uma realidade na Guiné-Bissau, no centro da capital. Contra (quase) todas as probabilidades, a chave do edifício que alberga hoje a Casa dos Direitos foi entregue pelas autoridades guineenses a um conjunto de organizações da sociedade civil (três portuguesas e oito guineenses¹) que, em pouco

mais de seis meses, a reabilitou para abrir portas à sociedade guineense, com o apoio, desde a primeira hora, da Cooperação Portuguesa.

Desde então que a Casa dos Direitos tem funcionado duplamente como farol das organizações da sociedade civil e porto de abrigo para defensores e activistas de Direitos Humanos. Nem mesmo o Golpe de Estado de 12 de Abril de 2012, pouco mais de um mês depois da abertura, demoveu a Casa dos Direitos da sua missão vigilante, tendo permanecido de portas abertas mesmo nos períodos mais críticos, apesar de localizada a dois passos do Forte da Amura.

“É uma luta para ter pão, para ter terra, mas livremente. Uma luta para ter escolas, para que as crianças não sofram, para ter hospitais. É assim a nossa luta. É também uma luta para mostrar à face do mundo que somos gente com dignidade”

¹ Da composição inicial do consórcio, fazem parte: ACEP, AD, AMIC, CES/NEP, CIDAC, LGDH, TINIGUENA, RA, RENARC, Senim Mira Nassequê e IUCN. Actualmente, integram a Casa seis ONG: a ACEP, AMIC, LGDH, RENAJ, TINIGUENA e RENLUV

A frase de Amílcar Cabral que ladeia o pátio da entrada serve de guia e de afirmação da sua missão. Em oito anos de existência, a Casa dos Direitos tornou-se uma referência e um exemplo de união de esforços, de sinergias e de competências da sociedade civil local (e não só) em torno da defesa de um Estado democrático, da liberdade de expressão e da defesa dos Direitos Humanos. Os direitos das mulheres, os direitos das crianças e os direitos das pessoas detidas foram as primeiras áreas prioritárias de trabalho da Casa, desenvolvendo campanhas de *advocacy* e de influência política.

Pouco depois das eleições gerais de 2014 na Guiné-Bissau, num período de grande entusiasmo, optimismo e de esperança, a Casa dos Direitos, juntamente com a Associação para a Cooperação Entre os Povos (ACEP), a Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH), a Associação dos Amigos da Criança (AMIC) e a Tiniguena - Esta Terra é Nossa! (todas organizações pertencentes

ao consórcio) desenvolveram o projecto *Ora di Diritu*, porque entenderam que era a hora dos Direitos Humanos no país.

Durante esse momento propício (chamemos-lhe ambiente favorável), foram desenvolvidas diversas acções de sensibilização, algumas das quais em parceria com a televisão pública guineense. E a

MESMO NOS PERÍODOS MAIS ADVERSOS, A CASA DOS DIREITOS NÃO CEDE À SUA MISSÃO DE DENÚNCIA E DE PROMOÇÃO DE DIREITOS





_ CASA DOS DIREITOS | ACEP

sociedade civil era entendida como parceira de diálogo das autoridades nacionais, trabalhando de forma estrita com deputados à Assembleia Nacional Popular, na melhoria do enquadramento legal para protecção de mulheres e meninas vítimas de violências várias e na protecção das crianças *talibés*, para citar alguns dos dossiês.

Porém, o contexto político favorável foi interrompido com a demissão do Governo constitucional e um novo capítulo de instabilidade foi inaugurado, colocando grandes desafios às organizações da sociedade civil e aos seus activistas. Assistimos à degradação progressiva do espaço cívico no país, seja pela perseguição de defensores de Direitos Humanos, seja pelo silenciamento de órgãos de comunicação social (em Março de 2020, a rádio e televisão públicas guineenses estiveram fora de emissão e, em Julho, a Rádio Capital FM, crítica à actual governação, foi alvo de vandalismo, tendo ficado inoperante durante alguns dias²).

— DESDE ENTÃO QUE A CASA DOS DIREITOS TEM FUNCIONADO DUPLAMENTE COMO FAROL DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E PORTO DE ABRIGO PARA DEFENSORES E ACTIVISTAS DE DIREITOS HUMANOS

² <https://www.rfi.fr/pt/guiné-bissau/20200726-roubo-na-rádio-capital-de-bissau-é-acto-de-vandalismo-contra-democracia>

Mesmo nos períodos mais adversos, a Casa dos Direitos não cede à sua missão de denúncia e de promoção de direitos. Anualmente, é organizada uma *Roda de Mulheres* para discutirem os seus direitos, e o *Observatório dos Direitos*, criado pela ACEP, pela LGDH e pelo Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento do ISEG e com sede na Casa, analisa a situação dos Direitos Humanos no país, através de um sistema de recolha de indicadores em todo o país, em áreas como a Educação, a Saúde, a Justiça, a Habitação, entre outras. A sua análise permite perceber tendências, confirmar a degradação da situação dos direitos no país e *informar*, de forma sustentada, as campanhas de *advocacy* e de influência política, mesmo nos períodos mais críticos e menos favoráveis à actuação cívica.

Também anualmente, a Casa dos Direitos e organizações parceiras organizam a *Quinzena dos Direitos*. Já na sua sexta edição, as duas primeiras semanas de Dezembro são dedicadas ao debate, *djumbais*, lançamentos de livros, feira do livro, exposições de fotografia, música e teatro para abordar a situação dos Direitos Humanos. Integrada na Quinzena, no Dia Internacional dos Direitos Humanos (10 de Dezembro), a Casa organiza a sessão de entrega do Prémio de Jornalismo em Direitos Humanos, que galardoa a melhor reportagem televisiva, radiofónica e de imprensa em torno da promoção dos Direitos. A adesão de outras organizações da sociedade civil - nacionais e internacionais - à Quinzena tem sido exponencial de edição para a edição. Em 2019, numa altura de grande crispação política e de consequente fechamento do espaço cívico, a Quinzena dos Direitos acolheu quase 40 iniciativas, de mais de duas dezenas de organizações. A par da Quinzena, a Casa tem um programa anual com exposições e edição de livros da colecção *Desafios*.

— A CASA DOS DIREITOS (...) VEM DEMONSTRAR A NECESSIDADE DE A COOPERAÇÃO PORTUGUESA APOSTAR EM INICIATIVAS DE REFORÇO DEMOCRÁTICO

Em 2020, e já em plena pandemia, a Casa dos Direitos procurou permanecer de portas abertas (embora com as restrições necessárias) e continuar o diálogo com a sociedade, promovendo debates online sobre o impacto da pandemia na educação, na saúde, na economia e nos direitos, vistos por mais de um milhar de utilizadores do Facebook. E quis também saber como os guineenses estão a lidar com a crise, contando histórias na primeira pessoa de vendedoras ambulantes, taxistas, músicos *rap*, estudantes, jornalistas... E é assim que a vemos e que pretende continuar no futuro: de portas abertas e em diálogo com a sociedade.

A Casa dos Direitos é o exemplo vivo da importância do papel sociedade civil, enquanto actor vigilante da actuação do Estado, mesmo nas circunstâncias mais adversas, e vem demonstrar a necessidade de a Cooperação Portuguesa continuar a apostar em iniciativas de reforço democrático e de promoção de um ambiente favorável à actuação do espaço cívico e de defesa dos Direitos Humanos.

À CONVERSA COM

DANIEL DO CARMO

Diretor Executivo da Federação de ONG de Timor-Leste (FONG TIL)

DIRCE VARELA

Diretora Executiva da Plataforma de ONG de Cabo Verde

EDUARDO ELBA

Diretor Executivo da Federação de ONG de São Tomé e Príncipe

SIMÃO TILA

Coordenador Executivo da JOINT - Liga de ONGs em Moçambique

DANIEL DO CARMO



— ENTREVISTA REALIZADA POR

Carlota Bicho, Responsável de Comunicação
na Plataforma Portuguesa das ONGD
Rita Leote, Diretora Executiva da Plataforma
Portuguesa das ONGD

Conversámos com os representantes das Plataformas de ONG de alguns dos principais países parceiros da Cooperação Portuguesa sobre o contributo de Portugal para o desenvolvimento sustentável, as prioridades para os próximos anos e o envolvimento da Sociedade Civil.

A Cooperação Portuguesa desempenha um papel importante em Timor-Leste. Tendo em conta que fazemos parte da CPLP, as relações estabelecidas no âmbito da cooperação são fundamentais até mesmo para a sociedade civil timorense, que tem tido oportunidade de criar relações com a sociedade civil de outros países.

Do ponto de vista setorial, tem sido muito importante o contributo da Cooperação Portuguesa em Timor-Leste na área da educação em geral, com destaque para o ensino do português. Há também intervenções a assinalar da cooperação na área da juventude, adaptação às alterações climáticas, apoios ao nível dos pequenos negócios locais. A cooperação portuguesa com o Estado timorense na área da justiça também tem sido importante, pois temos muita falta de recursos nos tribunais, e o nosso sistema de justiça tem beneficiado da cooperação com Portugal.

**A COOPERAÇÃO
PORTUGUESA PODERIA TER
UM PAPEL NO SENTIDO DE
AJUDAR A IMPULSIONAR
UM POUCO ESTE
PLANEAMENTO PARA UMA
MAIOR DIVERSIFICAÇÃO
ECONÓMICA.** DANIEL DO CARMO

Em termos de desafios e prioridades futuras, para além de áreas que já mencionei e que considero fundamentais, como a educação e o ensino da língua portuguesa, creio que a economia é uma questão central. Timor-Leste tem um problema de falta de diversificação económica, pois dependemos muito da exploração do petróleo. E, com a pandemia da covid-19 e os preços do petróleo e do gás a diminuir, vamos ficar numa situação complicada. Por isso, diria que nos próximos anos seria muito importante diversificar a economia e fortalecer a produção nacional, e a Cooperação Portuguesa poderia ter um papel no sentido de ajudar a impulsionar um pouco este planeamento para uma maior diversificação económica.

Ao nível do envolvimento da sociedade civil, diria que a Sociedade Civil timorense enfrenta dois grandes desafios: a falta de recursos e a falta de capacitação. A cooperação portuguesa pode ter um papel no apoio às iniciativas da Sociedade Civil timorense no sentido dos recursos –, nomeadamente financeiros – e capacitação por um lado, e, por outro lado, funcionar como um facilitador das relações com a sociedade civil fora de Timor-Leste, que são muito importantes.

DIRCE VARELA



▼

A Cooperação Portuguesa é uma das mais Antigas de Cabo Verde. Acompanhou o processo histórico de construção do Estado de Cabo Verde, e tem tido um papel extremamente importante, com intervenções em grandes projetos e a alto nível, cujas modalidades, com o tempo e o grau de desenvolvimento do país, foram obviamente mudando. Mas o que é facto é que a Cooperação Portuguesa esteve sempre presente no desenvolvimento de Cabo Verde, e eu destacaria o seu papel fundamental na educação e no ensino da língua portuguesa.

**EU DIRIA QUE O SETOR SOCIAL
DEVERIA SER PRIORIZADO. TEMOS
AINDA GRANDES DESIGUALDADES
SOCIAIS, E UMA GRANDE
NECESSIDADE DE INVESTIMENTO
NO EMPODERAMENTO E NA
INCLUSÃO FINANCEIRA DA
MULHER.** DIRCE VARELA

Em termos de setores a apostar para o futuro, eu diria que o setor social deveria ser priorizado. Temos ainda grandes desigualdades sociais, e uma grande necessidade de investimento no empoderamento e na inclusão financeira da mulher. A maior parte da economia informal é feita por mulheres, o que as coloca numa situação de vulnerabilidade maior – o que se sentiu muito como covid19. Acredito que é muito importante que se trabalhe o empoderamento das mulheres no geral e esta questão da inclusão financeira das mulheres em particular.

Não deixaria de referir também o setor do ambiente. A sustentabilidade ambiental é um problema em Cabo Verde, e a Cooperação Portuguesa poderia também trabalhar mais nessa questão.

Parece-me também que a Cooperação Portuguesa, isto tendo até em conta uma questão ética, que tem a ver com a própria filosofia da cooperação portuguesa, podia ter um papel mais ativo no reforço das democracias dos países parceiros – e falo especialmente do espaço cívico.

Existem projetos da cooperação portuguesa com a sociedade civil em Cabo Verde, mas são projetos pequenos ou ao nível das embaixadas. Ter uma cooperação portuguesa mais virada para a sociedade civil, e menos virada para o estado seria um momento de viragem. Sendo que a Cooperação Portuguesa se encontra numa altura de revisão estratégica, acho que este é o momento para ter um olhar mais crítico, principalmente porque nós estamos no seio da CPLP. É necessário apostar em políticas de desenvolvimento próximas da sociedade civil, usando até as estratégias que a Cooperação Portuguesa já tem, com projetos e ações estruturantes.

EDUARDO ELBA



A cooperação portuguesa em São Tomé e Príncipe data desde há muito e tem contribuído substancialmente para o desenvolvimento do país. Portugal tem estado presente num setor fundamental para o desenvolvimento que é o setor social – destaco os programas na área da saúde e da educação.

Em termos de prioridades futuras, e tendo em conta o contexto de pandemia em que vivemos,

—
**TENDO EM CONTA O
 CONTEXTO DE PANDEMIA EM
 QUE VIVEMOS, PARECE-ME
 QUE O SETOR DA SAÚDE É
 FULCRAL (...) MAS A ÁREA DO
 DESENVOLVIMENTO HUMANO E
 O SETOR SOCIAL CONTINUAM A
 SER FUNDAMENTAIS.** EDUARDO ELBA

parece-me que o setor da saúde é fulcral e também deve ser priorizado e reforçado. Mas a área do desenvolvimento humano e o setor social continuam a ser fundamentais e não podem ser descurados, sob pena de criarmos outras situações menos boas que possam pôr em causa os progressos já realizados. Uma outra questão importante para o desenvolvimento de São Tomé e Príncipe prende-se com a dimensão demográfica, mormente a juventude. Sendo São Tomé e Príncipe um país jovem, este é um grupo muito importante, que precisa de apoio – desde questões relacionadas com a reinserção de meninos vulneráveis e em situação de risco ao apoio à formação profissional e universitária.

Outra área que também me parece prioritária no âmbito da cooperação é a área da governação, acima de tudo no sentido de melhorar a transparência. Seria importante que se unissem esforços no sentido de constituir uma célula de monitoria e avaliação dos programas de cooperação, plataformas de informação permanente e sistematizada sobre as ações, e estruturas de coordenação e gestão das quais a sociedade civil fizesse parte. Estas estruturas, mesmo que fossem informais, permitiriam à sociedade civil estar presente, divulgar e monitorizar de maneira a que, de forma independente, se pudesse realmente perceber se estamos a ir no caminho certo.

Acho que este é um momento importante para visitar prioridades. E, neste ponto, acredito que a base da discussão deve ser alargada a outros atores como, por exemplo, a sociedade civil, visto que há muitas ONG com conhecimentos relevantes que possam participar positivamente. Há outros atores que também deveriam poder contribuir criando sinergias – incluindo até outros países doadores que participam nestas áreas em que Portugal está presente, de forma a que se possam complementar iniciativas e melhorar a qualidade de desenvolvimento.

SIMÃO TILA



A Cooperação Portuguesa em Moçambique desempenha um papel importante através de diversos programas, em algumas províncias. Com destaque na área de infraestruturas e na educação e cultura – principalmente no provimento de bolsas de estudo para estudantes de Moçambique estudarem em universidades Portuguesas bem como a concessão bolsas internas do ensino superior e secundário em Moçambique. O sistema nacional de educação nos últimos tempos tem apresentado algumas fragilidades – o que até certo ponto pode ser entendido como uma opção política, e uma das premissas para que o cidadão Moçambicano se acomode com a fraca participação, aliada a falta compreensão sobre as políticas públicas no País.

Em termos de prioridades de cooperação no futuro, seria importante reforçar o desenvolvimento de capacidades nas diversas áreas com maior enfoque na das OSC para que possam aprimorar a sua capacidade de intervenção nas áreas de advocacia baseada em evidências para fazer face a várias violações de direitos – por exemplo ao nível da liberdade de imprensa, liberdade de expressão e em certos casos a liberdade de reunião.

Temos um défice também na área da educação cívica: há um baixo nível de consciência cidadã, o que tem um grande impacto na situação das pessoas e do país. Seria por isso muito importante apostar nesta área da educação cívica, nomeadamente com as organizações da sociedade civil, pois são elas que trabalham diretamente com as pessoas.

No âmbito da CPLP é importante que seja estabelecida uma interação com as Organizações da Sociedade Civil –ao exemplo do que acontece noutros blocos regionais, criando os espaços e incentivando-as a serem mais interventivas em conjunto, e a interagirem comunicarem com os Governos, afirmando o seu papel de representantes dos sem voz.

Também no âmbito das prioridades de trabalho com e sobre a sociedade civil, há toda uma dimensão de reforço legal e institucional – por exemplo, no que se refere à revisão da lei das associações, que é um tanto quanto proibitiva, sob o ponto de vista da criação da sustentabilidade organizacional. As organizações sem fins lucrativos, não podem desenvolver nenhuma atividade nem que seja para assegurar sua sustentabilidade, e por isso quando os programas acabam, ficam sem recursos.

Ainda do ponto do apoio legal e não só, temos outras questões como a usurpação de terra, (pelos megaprojetos mas também por pequenas

empresas ou outro tipo de entidades). As pessoas perdem a terra, o seu meio de sustento, recebendo uma indemnização insignificante. Conseguimos ajudar algumas destas pessoas, mas não todas, porque estes processos envolvem advogados de nível internacional, e nós não temos os recursos. E precisamos também de apoio político, a nível internacional, para que haja pressão para que sejam tomadas decisões mais justas a este nível.

—
**SERIA IMPORTANTE REFORÇAR
O DESENVOLVIMENTO DE
CAPACIDADES NAS DIVERSAS
ÁREAS COM MAIOR ENFOQUE
NA DAS OSC PARA QUE
POSSAM APRIMORAR A SUA
CAPACIDADE DE INTERVENÇÃO
NAS ÁREAS DE ADVOCACIA
BASEADA EM EVIDÊNCIAS PARA
FAZER FACE A VÁRIAS
VIOLAÇÕES DE DIREITOS.** SIMÃO TILA

RECURSOS

ARTIGOS/PUBLICAÇÕES

Conceito Estratégico da
cooperação Portuguesa
2014-2020

Transforming our world: the
2030 Agenda for Sustainable
Development

Plataforma Portuguesa das ONGD
(2018) Ficha temática de Ajuda
Humanitária e de Emergência

Estratégia Nacional de Educação
para o Desenvolvimento (ENED)
2018-2022

Addis Ababa Action Agenda

Plataforma Portuguesa das
ONGD (2018) Ficha temática de
Educação para o Desenvolvimento
e a Cidadania Global

Estratégia Operacional de Ação
Humanitária e de Emergência

The Paris Agreement

Plataforma Portuguesa das
ONGD (2019) A Ajuda Pública ao
Desenvolvimento Portuguesa e
Europeia: um compromisso para
o futuro?

Estratégia da Cooperação
Portuguesa para a Igualdade de
Género

Kampala Principles On Effective
Private sector Engagement In
Development Co-Operation

United Nations (2020) The
Sustainable Development Goals
Report 2020

Resolução do Conselho de
Ministros n.º 83/2010 sobre
coerência das políticas para o
desenvolvimento

The New European consensus
on Development 'Our World, Our
Dignity, Our future'

OCDE (2019) Development
Co-operation Report 2019

Parceria de Busan para
uma Cooperação para o
Desenvolvimento Eficaz

Gender equality and women's
empowerment: transforming the
lives of girls and women through
EU external relations 2016-2020

OCDE (2020) States of Fragility
2020

Istanbul Principles for CSO
Development Effectiveness

Plataforma Portuguesa das
ONGD (2018) Ficha temática
de Cooperação para o
Desenvolvimento

SITES

Camões, I.P.

SOFID

DG DEVCO

Development Co-operation Directorate

Concord Europe

SDG Watch Europe

Civicus

Forus

ENED

GCAP

Eurodad

ACEP ASSOCIAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO ENTRE OS POVOS
ADDHU ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
ADIRN ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO RIBATEJO NORTE
ADPM ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO PATRIMÓNIO DE MÉRTOLA
ADRA ASSOCIAÇÃO ADVENTISTA PARA O DESENVOLVIMENTO, RECURSOS E ASSISTÊNCIA
AIDGLOBAL ACÇÃO E INTEGRAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO GLOBAL
AJAP ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS AGRICULTORES DE PORTUGAL
AMU COOPERAÇÃO E SOLIDARIEDADE LUSÓFONA POR UM MUNDO UNIDO
APCD ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO
APDES AGÊNCIA PIAGET PARA O DESENVOLVIMENTO
APF ASSOCIAÇÃO PARA O PLANEAMENTO DA FAMÍLIA
APOIAR ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO A ÁFRICA
ASSOCIAÇÃO FENIKS ILUMINAR A DIGNIDADE HUMANA E OS DIREITOS HUMANOS
ASSOCIAÇÃO HELPO
ASSOCIAÇÃO PAR RESPOSTAS SOCIAIS
ATA ASSOCIAÇÃO TROPICAL AGRÁRIA
ATLAS ASSOCIAÇÃO DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO
CÁRITAS PORTUGUESA
CHAPITÔ
CIDAC CENTRO DE INTERVENÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO AMÍLCAR CABRAL
CONCEITOS DO MUNDO ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CPR CONSELHO PORTUGUÊS PARA OS REFUGIADOS
EQUIPA D'ÁFRICA
EAPN PORTUGAL REDE EUROPEIA ANTI-POBREZA
FCL FUNDAÇÃO CIDADE DE LISBOA
FEC FUNDAÇÃO FÉ E COOPERAÇÃO
FGS FUNDAÇÃO GONÇALO DA SILVEIRA
FUNDAÇÃO BOMFIM
FUNDAÇÃO CHAMPAGNAT
FUNDAÇÃO TERESA REGOJO PARA

O DESENVOLVIMENTO
G.A.S. PORTO GRUPO DE ACÇÃO SOCIAL DO PORTO
GRAAL ASSOCIAÇÃO DE CARÁCTER SOCIAL E CULTURAL
GIRL MOVE PORTUGAL
HEALTH4MOZ
ICE INSTITUTO DAS COMUNIDADES EDUCATIVAS
IMVF INSTITUTO MARQUÊS DE VALLE FLOR
IPAV INSTITUTO PADRE ANTÓNIO VIEIRA
LEIGOS PARA O DESENVOLVIMENTO
MDM - P MÉDICOS DO MUNDO PORTUGAL
MENINOS DO MUNDO
MONTE DESENVOLVIMENTO ALENTEJO CENTRAL - ACE
MSH MISSÃO SAÚDE PARA A HUMANIDADE
MUNDO A SORRIR ASSOCIAÇÃO DE MÉDICOS DENTISTAS SOLIDÁRIOS PORTUGUESES
OIKOS COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
OMAS / LEIGOS DA BOA NOVA
ORBIS COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
PROSOCIAL ASSOCIAÇÃO PROMOTORA DE INSTITUIÇÕES SOCIAIS
ROSTO SOLIDÁRIO ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO
SAÚDE EM PORTUGUÊS
SAPANA
SOLSEF SOL SEM FRONTEIRAS
SOPRO SOLIDARIEDADE E PROMOÇÃO
TERRAS DENTRO ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO
TESE ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO
UMP UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS
UNICEF COMITÉ PORTUGUÊS PARA A UNICEF
URB-ÁFRICA ASSOCIAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO URBANO
VIDA VOLUNTARIADO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO AFRICANO
VITAE ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE E DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL
VSF VETERINÁRIOS SEM FRONTEIRAS PORTUGAL
WACT WE ARE CHANGING TOGETHER

Com o apoio de